



Movimento Moderno e habitação social no Brasil

Graziela Rossatto Rubin*

Resumo: O presente artigo tem por objetivo discutir o processo de urbanização que ocorreu no Brasil e as consequências do mesmo no ambiente urbano. Esse processo foi de grande importância para a conformação das cidades e problemas urbanos que temos atualmente, como é o caso do déficit habitacional e das péssimas condições de moradia das classes menos favorecidas. O Movimento Moderno, surgido como uma reação às transformações ocorridas pela Revolução Industrial, possui grande significação no processo de urbanização desse período. O Movimento, no campo da Arquitetura e Urbanismo, trouxe alternativas para tratar dos problemas que as cidades vinham sofrendo com a urbanização acelerada.

* Arquiteta e Urbanista, Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria

The Modern Movement and the social housing in Brazil

Abstract: This article aims to discuss the urbanization process that happened in Brazil and its consequences in urban environment. This process has been very important to cities conformation and to current problems like housing deficit and bad housing conditions of lower economic class people. The Modern Movement, which has arisen as a reaction to transformations happened because of Industrial Revolution, has a big meaning on the urbanization process of this period. The Modern Movement in Architecture and Urbanism field has brought alternatives to treat cities problems caused by accelerated urbanization.

Palavras-chave:

Revolução Industrial;
Movimento Moderno;
Urbanização; Déficit
Habitacional.

Key-Words:

Industrial Revolution;
Modern Movement;
Urbanization; Housing
Deficit.

Revolução Industrial

Antes da Revolução Industrial a maioria da população vivia no campo. Os camponeses trabalhavam em pequenos grupos e produziam apenas o que precisavam. As cidades grandes que existiam tinham função política e comercial, eram os centros de poder político dos reinos.

A Revolução Industrial teve início na Inglaterra no início do século XVIII e, a partir do século XIX se expandiu para outros países da Europa. Teve início na Inglaterra porque ao longo dos anos a burguesia inglesa acumulou capitais que deram impulso ao processo de produção industrial. Segundo Singer (1998),

Quando se dá a Revolução Industrial, a economia mundial, no sentido de uma ampla divisão internacional do trabalho que abrange cidade e campo de múltiplos países, já estava dada. Nessa economia mundial, a posição dos vários países não era a mesma. O acesso ao mercado externo de cada país dependia do seu poder político, sobretudo de sua capacidade de monopolizar colonialmente territórios além-mar e de dominar rotas marítimas. Nesse sentido, a Grã-Bretanha desponta, no fim do século XVIII, como a potência líder da economia mundial. É o domínio inglês de uma ampla gama de mercados externos, a condição chave da Revolução Industrial, que se inicia naquele país (SINGER, 1998, p.23).

A Revolução Industrial foi marcada por várias transformações na Europa Ocidental entre os séculos XVIII e XIX. Entre as transformações está a substituição do trabalho artesanal pelo trabalho assalariado, onde se passou a utilizar a máquina. A máquina substituiu várias ferramentas e eliminou algumas funções que antes eram exercidas pelos operários.

As relações de trabalho também se modificaram, muitos camponeses migraram para as cidades buscando empregos nas fábricas. Esses operários recebiam salários muito baixos e sua capacidade de trabalho era explorada ao máximo. Ainda para Singer (1998),

O resultado deste processo- a moderna unidade de produção, a fábrica – é necessariamente um fenômeno urbano. Ela exige, em sua proximidade, a presença de um grande número de trabalhadores. O seu grande volume de produção requer serviços de infra-estrutura (transportes, armazenamento, energia, etc.), que constituem o cerne da moderna economia urbana (SINGER, 1998, p.23).

A Revolução consolidou o capitalismo e a indústria passou a disputar com o comércio o posto de principal setor de acumulação de riquezas. Houve várias consequências sociais e transformações devido ao desenvolvimento da indústria. O impulso no processo de urbanização, devido à concentração da indústria e a grande massa de trabalhadores também foi efeito da Revolução. Nesse período, a população urbana aumentou significativamente.

O problema habitacional pós- Revolução Industrial

As transformações ocorridas na organização social europeia a partir do século XVII modificaram a concepção de tempo e espaço. Isso se refletiu por todo o mundo e acabou desencadeando diversos processos sociais durante o período da Revolução Industrial. Esses processos deram origem à Modernidade. Esta, aliada à grande expansão do capital, ao crescimento urbano e ao poder de acumulação capital empresarial, moldou uma sociedade de preocupações, anseios, visões e manifestações artísticas nunca vistas anteriormente (CRUZ; PÁDUA, 2010). Para Lefebvre (1991),

A industrialização caracteriza a cidade moderna. [...] ainda que a urbanização e a problemática do urbano figurem entre os efeitos induzidos e não entre as causas ou razões indutoras, as preocupações que essas palavras indicam se acentuam de tal modo que se pode definir como sociedade urbana a realidade social que nasce a nossa volta (LEFEBVRE, 1991, p.3).

É de fundamental importância a experiência urbana para a formação da dinâmica cultural de diversos movimentos modernistas. A tendência de prática e pensamento foi moldada como reação à profunda crise da organização, do empobrecimento e da congestão urbana. Segundo Benevolo (2005),

A arquitetura moderna é a busca de um novo modelo de cidade, alternativo ao tradicional, e começa quando os “artistas” e os “técnicos” – chamados a colaborar com a gestão da cidade pós-liberal – se tornam capazes de propor um novo método de trabalho, libertado das anteriores divisões institucionais (BENEVOLO, 2005, p. 615).

As ações do Estado diante do problema da moradia, resultante das modificações da sociedade industrial, das migrações e da destruição das habitações decorrentes da Primeira Guerra, podem ser percebidas na Áustria, Alemanha e URSS. Esses países proporcionaram grande contribuição aos princípios e proposições elaboradas e expostas nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), principalmente nas primeiras edições. Também tiveram grande influência na experiência brasileira no campo da habitação social nas décadas de 1930 a 1960.

Os programas estatais da Áustria, Alemanha e URSS foram consolidados entre os anos de 1920 e 1930 e tinham como objetivo solucionar o problema do déficit de moradias para os trabalhadores. Esses projetos tiveram grande importância porque nenhuma administração de país capitalista tinha tratado da questão habitacional de maneira tão ampla. Para Colin (1996),

O construtivismo soviético foi também de grande importância. Não fez, como Corbusier, uma leitura abstrata do *Messaggio* de Sant’Elia. Ao contrário, dela tirou indicações concretas, recomendações para se fazer a arquitetura do seu tempo: expor as máquinas, elevadores, antenas de rádio, elementos estruturais, e explorar ao máximo as possibilidades dos novos materiais e técnicas, distendendo as estruturas até o seu limite. A sua ousadia, e o forte colorido ideológico, melhor articulado que nos outros movimentos, vão ser a sua marca (COLIN, 1996, p.25).

Movimento Moderno na Arquitetura e Urbanismo

O Movimento Moderno surgiu a partir de mudanças ocorridas pelo mundo após as diversas revoluções e guerras que ocorreram ao longo do século XX. O Movimento trouxe ideias para amenizar a situação caótica que se via por todo o mundo. Para Benevolo (1994),

O movimento moderno compreende um grande número de contribuições individuais e coletivas, e não é possível fixar sua origem num só lugar ou num único ambiente cultural. Aquilo que se pode constatar com segurança é a coerência dos diversos resultados que se tem a partir aproximadamente de 1927, quando é possível determinar também uma linha comum de trabalho entre as pessoas e os grupos de diversas nações (BENEVOLO, 1994, p. 403).

O Modernismo na Arquitetura e no Urbanismo surgiu como uma reação às novas condições de produção, circulação e consumo impostos pela Revolução Industrial. No final do século XIX, o modernismo passa a ser um fenômeno urbano, a partir do crescimento explosivo das cidades, da migração para centros urbanos, da industrialização, da reorganização dos ambientes construídos e de movimentos urbanos de base política. As revoluções de 1848 e 1971 de Paris foram um exemplo claro desses movimentos. Houve a necessidade de enfrentar os problemas da urbanização maciça, dando espaço para o amadurecimento dos movimentos modernistas. O Modernismo era uma “arte das cidades” e encontrava seu “habitat natural nas cidades” (HARVEY, 1992, p. 34).

Assim, a habitação passou a ter grande importância no cenário urbano e surgiram diversas especulações sobre a cidade, onde os projetos das unidades de habitação foram tidos como solução padrão. Com a visualização das deficiências e necessidades nas cidades, surgiram propostas e formulações para modificar seu quadro higiênico e solucionar o problema de falta de moradia para os trabalhadores. Foram elaboradas diversas concepções de “cidade ideal”. Segundo Colin (1996),

O Movimento Moderno na arquitetura amadureceu por volta de 1920, como uma resposta tardia a grandes questões formuladas no século XIX a respeito da relação criativa do homem com a máquina, com a cidade, com o novo modo de viver da sociedade (COLIN, 1996, p. 23).

Entre as teorias e modelos elaborados, destacam-se a Cidade Jardim de Ebenezer Howard e a Cidade Industrial de Tony Garnier.

Nos últimos anos do século XIX, surgiu na Inglaterra o conceito de Cidade-Jardim, por Ebenezer Howard. Seu objetivo era solucionar os problemas de insalubridade e pobreza encontrados em Londres, através de novas cidades que se relacionassem com o campo e fossem compostas por habitações amplas e isoladas em grandes terrenos arborizados.

Esse conceito traz uma estratégia de planejamento regional para conter o fluxo migratório para as grandes cidades, propondo núcleos auto-organizados com comércio, indústria, cinturões agrícolas, interligados por transporte público eficiente. O conceito da Cidade-Jardim difundiu-se por todo o mundo, principalmente após a Primeira Guerra Mundial, e se tornou modelo de planejamento de novas cidades na reconstrução da Inglaterra.

Em 1904, Tony Garnier apresentou seu projeto modelo de cidade moderna, a Cidade Industrial. A cidade abrigaria em torno de 35 mil habitantes, teria a área industrial separada por uma zona verde e os sistemas de transporte residencial e industrial funcionariam de maneira independente. Outro diferencial do projeto era o uso do concreto armado, potencialidade estética do século XX.

Assim, houve um grande experimentalismo de ideais para a cidade. A implantação de um zoneamento funcional rígido evitaria inconvenientes gerados pela mistura das funções da cidade. Porém, induziria a uma monotonia funcional, causando a degradação de áreas das cidades modernas.

O Modernismo na Arquitetura e no Urbanismo se consolidou no desejo de transformação da cidade e na forma de concepção de moradias. O início de suas atividades foi marcado pela publicação da Declaração de La Sarraz, em 1928, defendendo a substituição da divisão desordenada da terra e especulação imobiliária por uma política de terra coletiva, com a implementação de métodos mais eficientes para a produção da moradia, com racionalização e padronização da construção.

Segundo Benevolo (1994, p. 478) “Nos anos próximos a 1930, a arquitetura moderna atinge o máximo de prestígio e de popularidade, sobretudo na Alemanha e, em medida menor, em outros países”.

Os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), com sua primeira edição em 1928, tiveram grande importância na elaboração de diretrizes para tratar de questões ligadas à arquitetura e ao urbanismo moderno.

As primeiras quatro edições dos CIAM se destacaram pelo caráter doutrinário e social que apresentaram. No campo habitacional, desejavam a definição de uma unidade de habitação mínima, a busca por novos modelos e métodos construtivos para a dinamização, economia da construção e reorganização do espaço urbano (ALMEIDA, 2007).

Durante o período entreguerras, o Modernismo passou a ter uma forte tendência positivista, estabelecendo um novo estilo de filosofia, que adquire posição central no pensamento social Pós-1945. Assim, no IV CIAM, é elaborada a Carta de Atenas, objeto que define amplamente a prática arquitetônica modernista e o que é urbanismo moderno. A Carta traçou diretrizes e fórmulas para serem aplicadas por todo o mundo.

Segundo a Carta de Atenas, o urbanismo moderno tem um modelo de cidade moderna, conceituada sob a ótica do planejamento, da funcionalidade, com espaços bem definidos para a habitação, trabalho, lazer e circulação.

Para Almeida (2007, p. 43), “As formulações e propostas elaboradas nos CIAM foram reportadas para novos modelos de moradias, de conjuntos residenciais, de bairros, até mesmo de cidades”.

Resultado do CIAM, o modelo de cidade moderna é conceituado sob a ótica do planejamento, da funcionalidade, com espaços bem definidos para a habitação, trabalho, lazer e circulação (ALMEIDA, 2007). Benevolo (2005) acrescenta que

A ideia da cidade como um todo único não impede uma análise rigorosa, que distingue suas partes componentes, isto é, as várias funções sobrepostas na vida da cidade; Le Corbusier classifica quatro delas: habitar, trabalhar, cultivar o corpo e o espírito, circular (BENEVOLO, 2005, p. 630).

Algumas das inovadoras propostas de moradia concebidas no século XX foram colocadas em prática, mas sua maior contribuição foi a influência para modelos arquitetônicos e urbanísticos surgidos, como a unidade de vizinhança, zoneamento de funções, concentração de equipamentos coletivos, planejamento regional, valorização dos espaços verdes.

O Modernismo que se hegemoniza Pós-Segunda Guerra apresentava uma relação mais confortável com os setores dominantes da sociedade. Havia uma forte crença no “progresso linear, nas verdades absolutas e no planejamento racional de ordens sociais ideais” sob condições padronizadas de conhecimento e de produção (HARVEY, 1992, p.42).

O Movimento resultante desse período era “positivista, tecnocêntrico e racionalista”. A modernização estava ocorrendo de maneira acelerada nos países europeus e o impulso da política e do comércio internacionais era justificado como agente do “processo de modernização” no Terceiro Mundo atrasado (HARVEY, 1992, p.43).

Nesse sentido, Harvey (1992) salienta

É importante reconhecer a significação da absorção de uma espécie particular de estética modernista pela ideologia oficial e estabelecida e o seu uso com relação ao poder corporativo e ao imperialismo cultural. Essa absorção significou que a revolta artística e cultural, assim como a revolta político “progressista” tiveram que ser dirigidas para uma poderosa versão do próprio modernismo. O modernismo perdeu seu atrativo de antídoto revolucionário para uma ideologia reacionária e “tradicionalista” (HARVEY, 1992, p.44).

A Unidade Habitacional de Marselha (Figura 1) pode ser destacada como um ícone

da arquitetura habitacional do Movimento Moderno. Foi projetada por Le Corbusier e seu projeto mostrava o ideal moderno de habitar, aliando funcionalidade e economia. Segundo Benevolo (1994), a Unidade Habitacional de Marselha

Contém em seu interior ou seus prolongamentos todos os serviços necessários para completar a vida familiar: estacionamentos, lojas, creches, lavanderias, espaços para o lazer e os exercícios físicos. Essa é a célula fundamental para o tecido da cidade moderna, porquanto permite destinar a maior parte do terreno a zonas verdes, embora conservando uma densidade elevada, e simplificar as redes viárias, mantendo diferenciados os vários tipos de circulação (BENEVOLO, 2004, p. 682).

Figura 1 – Unidade Habitacional de Marselha



Fonte: Google Imagens, 2012

O declínio do Movimento Moderno fez surgir, nos anos de 1960, vários movimentos contraculturais e antimodernistas. O Movimento Contracultural, através de uma política neo-esquerdista, da incorporação de gestos antiautoritários, de hábitos iconoclastas e da crítica da vida cotidiana, explorava os domínios da auto realização individualizada. O movimento se expandiu pelo mundo e chegou ao seu auge em 1968. O movimento, mesmo fracassado, foi o precursor cultural e político do pós-modernismo.

A cidade pós-moderna se caracterizou de maneira bem distinta da cidade moderna, pois assumiu formas exatamente opostas. Esta se conformou em partes, onde as funções encontravam-se esparramadas na mancha urbana, agregando-se umas as outras num aparente caos de estilos e atividades. Com isso, a cidade voltou a ser o que era no passado, no início da era industrial.

Geografia Ensino & Pesquisa, v. 17,
n.2 p. 57 - 71, mai./ago. 2013

Influência do Modernismo na tentativa de solução dos problemas gerados pela urbanização

Histórico da habitação social no Brasil

Ao longo da história de colonização do Brasil, o território foi se organizando de maneira distinta e esparsa e, conforme Santos (2009, p. 19), “a “cidade” era bem mais uma emanção do poder longínquo, uma vontade de marcar presença num país distante”. Assim, a urbanização brasileira se desenvolve de maneira mais expressiva a partir do século XVIII,

amadurece no século XIX e apenas no século XX é que atinge as características da atual urbanização (SANTOS, 2009, p. 21).

Entre o fim do período colonial até o final do século XIX, o índice de urbanização pouco se alterou no Brasil, entre os anos de 1890 e 1920 cresceu aproximadamente 3% e foi somente no período entre 1920 e 1940 que o Brasil viu sua taxa de urbanização triplicar, chegando a 31,24% (SANTOS, 2009, p. 25).

Tanto o processo de substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho livre quanto o aumento da industrialização tiveram influência no aumento da população urbana. A partir desse momento o urbano passa a ter maior importância na formação sócio-econômica brasileira. Essas transformações estiveram amplamente ligadas ao caráter de capitalismo dependente que a formação econômica e social brasileira adquiriu.

Para Villaça (2001, p. 226), “Um dos traços mais marcantes do processo de urbanização que se manifestou no Brasil a partir do final do século XIX foi o rápido crescimento das camadas populares urbanas”. No ano de 1901, existiam, aproximadamente, 50 mil operários no estado de São Paulo e a construção de habitações operárias salubres e baratas era realizada pelas indústrias, companhias ferroviárias, empresas de mineração.

No Rio de Janeiro, já no final do século XIX iniciou-se o processo de conformação da periferia pela classe de baixa renda, onde, segundo Villaça (2001, p. 231) “em 1890, a população suburbana era quase 18% da total”. Assim, o Brasil se urbanizava de maneira e intensidade diferente em cada cidade. Segundo Maricato (2001),

As reformas urbanas, realizadas em diversas cidades brasileiras entre o final do século XIX e início do século XX, lançaram as bases de um urbanismo moderno “à moda” da periferia. Realizavam-se obras de saneamento básico para eliminação das epidemias, ao mesmo tempo em que se promovia o embelezamento paisagístico e eram implantadas as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista. A população excluída desse processo era expulsa para os morros e franjas da cidade (MARICATO, 2001, p. 17).

As moradias dos trabalhadores passaram a ser alteradas conforme ideais de higiene e economia e a elite brasileira passou a ter interesses em primar pela saúde e bem estar da população proletária, percebendo que as epidemias originadas nos aglomerados urbanos pobres se alastravam pela cidade como um todo. Assim, no final do século XIX, houve uma grande campanha de higienização e moralização das classes pobres. Esses problemas também se relacionavam com os cortiços, que eram construções amontoadas alugadas para a população de baixa renda. Esse tipo de habitação se espalhou devido à abolição da escravatura, o rápido aumento populacional e o alto custo dos aluguéis devido à falta de habitações populares adequadas. Villaça(1986) afirma:

Para a classe dominante, evidentemente, era mais fácil conviver com as vilas operárias do que com os cortiços. A única restrição feita pela legislação era que as vilas não fossem construídas em locais nobres ou potencialmente nobres. As intenções segregacionistas que visavam mante-las afastadas dos locais de interesse da burguesia ficam claras, por exemplo, no Código Sanitário do Estado de São Paul de 1894. Apesar das vilas serem consideradas, na época modelos de “habitação higiênica”, esse Código determinava que elas “...seriam estabelecidas fora da aglomeração urbana”. A Lei Municipal nº 413 de 1901 isentava de impostos as vilas operárias construídas “...fora do perímetro central” (VILLAÇA, 1986, p.17).

A política urbana adotada nessa época e ao longo da República Velha (1889 – 1930) visava o embelezamento das cidades para atrair investimentos estrangeiros na industrialização

brasileira, além disso o centro das cidades passou a abrigar o comércio e serviços, expulsando dali as residências. Assim, o valor dos terrenos próximos ao centro aumentou e somente as classes mais ricas conseguiam pagar por essa localização privilegiada. Desse modo, as mudanças ocorridas mostraram a divisão do espaço urbano entre centro e periferia. Como resultado, a população de baixa renda buscou suprir a crise de habitação ocupando terrenos vazios encontrados em subúrbios ou até em encostas de morros. No Rio de Janeiro, esse processo de expulsão da população de baixa renda já havia se efetivado na década de 1920 e em São Paulo esse processo ocorreu um pouco mais tarde, pois até as décadas de 1930 e 1940 os cortiços eram a “habitação problema” (VILLAÇA, 2001, p. 229).

Na década de 1920, o discurso do poder público era que a construção de habitações higiênicas resolveria o problema habitacional. Essas novas habitações substituíram os casebres e cortiços, considerados como o início dos problemas habitacionais. Além disso, o investimento na ampliação das redes de água e esgoto foi bastante expressivo.

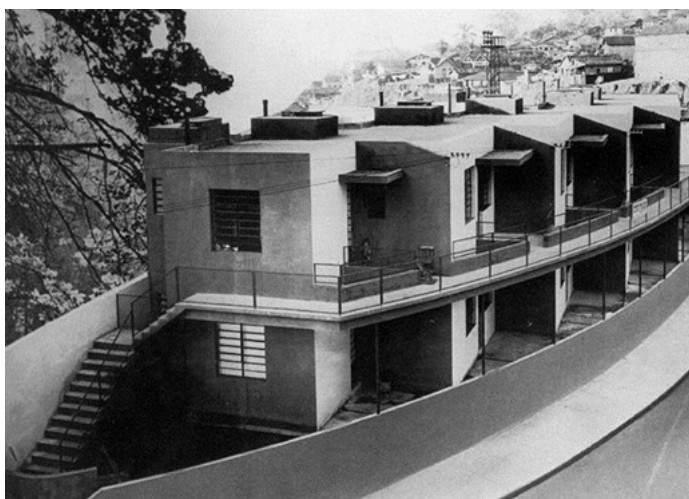
Nesse mesmo período, os preceitos do Movimento Moderno começam a se propagar no Brasil e seu marco inicial foi a Semana de Arte Moderna de 1922. No campo da Arquitetura e Urbanismo, as ideias dos CIAM, da Cidade Jardim e as experiências européias no campo habitacional foram bastante difundidas nesse período.

No início, houve uma restrição na adoção da Arquitetura Moderna no campo habitacional brasileiro. Isso ocorreu devido aos altos custos para aquisição de alguns materiais e a escassez de mão-de-obra especializada. Porém, as edificações construídas com ideias modernistas possuíam grande atratividade formal e funcional, contribuindo para a adoção desse estilo, posteriormente, por vários órgãos públicos no país.

O conceito de Cidade Jardim foi um dos mais conhecidos, sendo um modelo de desenho urbano. Exemplo desse conceito é o projeto do Bairro Jardim América em São Paulo, do arquiteto Barry Parker. Além desse, que foi considerado o primeiro Bairro-Jardim do país, existem outros exemplos de relevância.

As primeiras construções modernas são casas destinadas à classe média, construídas no início da década de 1920. Os arquitetos Gregori Warchavchik e Lúcio Costa são os responsáveis por um dos primeiros exemplos de moradia moderna para trabalhadores no país, o conjunto de operários da Gamboa, no Rio de Janeiro, de 1934 (Figura 2). Durante esse período também passaram a ser formulados planos gerais para as principais cidades brasileiras, com o objetivo de viabilizar cidades modernas e salubres, com grandes áreas verdes. Porém, nesses projetos também não estava incluída a parte social.

Figura 2 – Vila Operária da Gamboa, 1934 – Rio de Janeiro



Fonte: www.itaucultural.org.br

Até a década de 1930, o Brasil continha traços de diferentes ciclos econômicos e sua população que era, na maioria, rural iniciou um processo de migração para as cidades e a parte interna do território brasileiro. Nessa época, o Brasil encontrava-se no auge do ciclo do café paulista, num período de dinamismo demográfico e econômico. Porém, a crise econômica mundial de 1930 afetou o processo de desenvolvimento brasileiro. Para Maricato (2001),

[...] a industrialização que se afirma a partir de 1930 e vai até o fim da Segunda Guerra Mundial constituiu um caminho de avanço relativo de iniciativas endógenas e de fortalecimento do mercado interno, com grande desenvolvimento das forças produtivas, diversificação, assalariamento crescente e modernização da sociedade (MARICATO, 2001, p. 18).

Nessa época, o tipo de moradia predominante era a casa de aluguel. A produção habitacional estava ligada à iniciativa privada, o Estado não possuía grande participação no setor habitacional até a era Vargas (1930-1945), quando ocorreram transformações no país e o Estado precisou intervir. O surto urbano e industrial que ocorria no Brasil acabou modificando a estrutura de muitas cidades brasileiras.

Diferente do que ocorreu na República Velha (1889 -1930), a necessidade de construção de um modelo de habitação operária deixou de ser ideologia sem estratégias concretas. Para que as novas propostas fossem viáveis, houve um grande empenho do poder público para resolver a situação, já que a crise do modelo rentista era definitiva e a necessidade de soluções para a questão habitacional era cada vez mais urgente. Os empresários queriam implantar políticas realistas, que reduzissem o valor gasto pelos trabalhadores com moradia, permitindo a redução do custo de mão-de-obra.

No período Vargas (1930-1945), o problema passou a ser encarado de outra maneira. O consenso geral era de que a iniciativa privada não era capaz de enfrentar o problema e a intervenção do Estado se fazia necessária. Assim, o setor rentista ficou marginalizado, pois, desde o início da República, o setor recebia regalias fiscais e suas relações com os inquilinos não eram regulamentadas.

A intervenção pública no setor habitacional foi bem aceita por vários setores sociais. Desse modo, criou-se a ideia de que o Estado deveria garantir condições dignas de moradia e para isso, era necessário investir em recursos públicos e fundos sociais.

A questão habitacional adquiriu papel fundamental nos planos e realizações do Estado Novo. Passou a ser símbolo da valorização do trabalhador e afirmação de que a política de auxílio aos brasileiros dava resultados efetivos. A aquisição da casa própria e as alternativas de torná-la acessível eram questões comuns. O objetivo era viabilizar a casa própria para o trabalhador de baixa renda. Além disso, a crise de moradia atingiu também a classe média e houve a necessidade de novas soluções para os problemas habitacionais já existentes. Segundo Bonduki (2004),

[...] o objetivo dos governos desenvolvimentistas era estimular a criação de uma solução habitacional de baixo custo na periferia, visto ser ela conveniente para o modelo de capitalismo que se implantou no país a partir de 1930, por manter baixos os custos de reprodução da força de trabalho e viabilizar o investimento na industrialização do país (BONDUKI, 2004, p.12).

Isso torna bem visível a situação atual no nosso país, onde as populações de baixa renda são inseridas diretamente na periferia das cidades, devido a uma condição histórica e não a partir da visualização das reais necessidades dessa população.

Em 1931, foi realizado o I Congresso de Habitação em São Paulo, onde se tratou da importância da redução dos custos da moradia, garantindo o acesso da população mais carente

e se pensou em mudanças nas legislações, como o Código de Obras. Foi discutida a questão do crescimento horizontal das cidades, que gera altos custos de urbanização e manutenção de serviços para os cofres públicos. Além disso, foram pensadas medidas para combater a especulação e para reduzir os custos, facilitando o acesso da população carente à terra. São datados dessa época os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), que tinham como objetivo solucionar a questão habitacional da classe de trabalhadores ligados à indústria e comércio.

Os Institutos de Aposentadoria e Pensão foram as primeiras instituições públicas que investiram na questão habitacional, mesmo que sua principal finalidade era proporcionar benefícios previdenciários e assistência médica aos associados.

Os investimentos em habitação apareceram como instrumentos de capitalização desprovidos de interesse social. Entre 1933 e 1938 foram criados seis IAPs, que eram regulamentados por leis específicas de cada IAP. Essa disparidade foi obstáculo para unificação e racionalização, dificultando a implantação de uma política habitacional consistente a partir dos fundos previdenciários. Em 1937, os IAPs passam a atuar no campo habitacional.

Sobre os conjuntos habitacionais produzidos pelos IAPs, Bonduki (2004) acredita que,

O nascimento da habitação como uma questão social também significou a formulação de uma nova proposta não apenas de arquitetura e urbanismo, mas também de produção, incorporando os pressupostos do movimento moderno que propunham a edificação em série, com padronização e pré-fabricação, como instrumentos para atender às grandes demandas existentes nas cidades contemporâneas, marcadas pela presença do operariado (BONDUKI, 2004, p.15).

Os Institutos foram muito importantes para a viabilização das incorporações imobiliárias, possibilitando o processo de verticalização e especulação imobiliária. Os conjuntos habitacionais de Pedregulho (1950) e da Gávea (1952) são conhecidos por sua produção estatal. Projetados pelo arquiteto Affonso Eduardo Reidy, foram os que mais se destacaram entre as obras realizadas pelos IAPs.

O conjunto do Pedregulho (Figura 3) é destaque devido à sua solução de implantação.

Figura 03 – Conjunto Pedregulho – Rio de Janeiro



Fonte: Blog Habitação e Cidade

Porém, não foi uma obra isolada, surgiu junto a diversos outros projetos, elaborados entre 30 e 50, “que abordavam o problema da habitação social de maneira criativa e inovadora” (BONDUKI, 2004, p.170). O Conjunto, que foi projetado para abrigar funcionários públicos, está localizado no bairro São Cristóvão, Rio de Janeiro.

Além de Pedregulho, podemos destacar o Edifício Japurá (Figura 4), na cidade de São Paulo, projetado em 1940 pelo arquiteto Eduardo Knesse de Mello. O conjunto foi construído em local antes ocupado pelo maior conjunto de cortiços da região central de São Paulo, e onde foram empregados de forma pioneira no Brasil os princípios da “unité d’habitation” de Le Corbusier, como modelo para a habitação vertical de interesse social. Esse edifício se destacou como uma proposta modernista pioneira de ocupação e habitação vertical em São Paulo, no âmbito do processo de modernização da cidade e do país na segunda metade do século XX.

Segundo Almeida (2007)

As “Unités d’Habitation” são definidas por Le Corbusier como grandes edifícios modulares, e surgiram durante a década de 1940 no contexto do processo de reconstrução da França após Segunda Guerra. São edifícios laminares com mais de dez pavimentos e centenas de células habitacionais, dotados de pilotis, teto-jardim, pontos comerciais, equipamentos de serviço e lazer, implantados com o intuito de transformar o edifício em um módulo auto-suficiente (ALMEIDA, 2007, p.44).

Figura 4- Edifício Japurá- São Paulo



Fonte: Blog Habitação e Cidade, 2012

No final do Estado Novo, o país estava conseguindo consolidar uma política habitacional forte, que não estava baseada no predomínio de interesses econômicos ou corporativos, como o fortalecimento dos IAPs nos governos seguintes (BONDUKI, 2004).

As experiências européias, no campo habitacional, embasaram os Estados brasileiros na implementação de diretrizes legais que fossem capazes de normatizar as relações entre inquilinos e proprietários e as questões ligadas à propriedade. Assim, aos poucos, ganhou impulso o ideal da casa própria. Para isso, deveriam ser reduzidos os custos das residências populares e a ação da especulação imobiliária e das vantagens obtidas pelos rentistas, que favoreciam os proprietários que controlavam o mercado.

Entre as décadas de 1940 e 1960, a política de habitação consistia na oferta de crédito imobiliário pelas Caixas Econômicas e pelos IAPs ou por bancos incorporadores imobiliários. A organização de um órgão que centralizasse a política habitacional ocorreu em 1946, quando foi criada a Fundação da Casa Popular (BOTTEGA, 2007). Para Villaça (1986),

A Fundação da Casa Popular foi o primeiro órgão em escala nacional criado com a finalidade de oferecer habitação popular ao povo em geral. Propunha-se a financiar não apenas casas, mas também infra-estrutura urbana, produção de materiais de construção, estudos e pesquisas etc. Tais finalidades parecem indicar que houve avanços na compreensão de que o problema da habitação não se limita ao edifício casa, mas que houve pouco progresso na compreensão da faceta econômica e financeira da questão (VILLAÇA, 1986, p.25).

O projeto da Fundação da Casa Popular fracassou porque os grupos que seriam mais beneficiados encontravam-se desorganizados ou desinteressados em ser interlocutores do governo na formulação de uma política social. Além disso, a Fundação quase não contava com recursos de origem orçamentária, fragilizando ainda mais sua atuação. Desde seu início, a FCP foi utilizada com fins políticos.

Para Bonduki, a FCP foi “considerada um símbolo da ineficiência governamental e do predomínio da fisiologia em detrimento da racionalidade e do interesse público” (BONDUKI, 2004, p. 125).

Assim, iniciaram-se os projetos e construções dos grandes conjuntos habitacionais, unidades coletivas produzidas em série, seguindo os preceitos da Arquitetura Moderna, com equipamentos públicos e serviços próximos às moradias.

Na década de 1960, a pré-fabricação de elementos de concreto entra em cena, juntamente com o estímulo crescente da industrialização da construção, como solução para o problema habitacional brasileiro, porém isso não foi suficiente para extinguir com o problema. Segundo Santos (2008), o golpe de Estado de 1964 aparece como um marco, pois o movimento militar criou condições para uma rápida integração do Brasil a um movimento de internacionalização em escala mundial. A economia se desenvolve, seja para atender o mercado consumidor em expansão ou para responder à demanda exterior.

Nessa década, foi criado pela Lei 4380/64 o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), que instituiu a correção monetária, criou o Banco Nacional da Habitação (BNH) e o Sistema Nacional de Habitação e Urbanismo. Nessa época os conjuntos habitacionais podiam ser financiados através do BNH e por grandes indústrias. Para Villaça (1986, p.26) “A criação do BNH ocorreu cinco meses apenas, após o golpe de 64. É um típico produto da ditadura que então se instalou, dadas as características econômicas, políticas e ideológicas de sua atuação”. O Governo Militar se mostrou bastante preocupado e interessado em tratar da questão habitacional de maneira efetiva. Segundo Maricato (2001),

Foi com o Banco Nacional da Habitação (BNH) integrado ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH), criados pelo regime militar a partir de 1964, que as cidades brasileiras passaram a ocupar o centro de uma política destinada a mudar seu padrão de produção. A drenagem de recursos financeiros para o mercado habitacional, em escala nunca vista no país, ocasionou a mudança no perfil das grandes cidades, com a verticalização promovida pelos edifícios de apartamentos (MARICATO, 2001, p. 20).

A partir de 1965, o crescimento demográfico intenso e a modernização dos setores produtivos fizeram com que o movimento migratório aumentasse. Isso foi facilitado pelos fortes investimentos na melhoria de infraestrutura, especialmente dos sistemas de transporte e comunicação. Ao longo desse processo de urbanização, reduziu-se significativamente a importância da população rural.

Entre as décadas de 1960 e 1980, período de implementação da política habitacional gerenciada pelo BNH, a característica predominante da produção habitacional era a busca da

eficácia voltada para a produção em série e em grande escala, tentando solucionar o déficit habitacional mesmo sem atender as necessidades dos usuários (BONDUKI, 2004).

Assim se priorizou os investimentos na construção intensiva de casas para venda, o que acabou estimulando a construção civil e amenizando o desemprego já que era capaz de absorver mão-de-obra qualificada nos grandes centros.

Para Carlos (1994), no período de 1968 e 1974, o Brasil é marcado por um período de expansão da sua economia, e a partir de 1970, há aumento das taxas de investimento e expansão do setor industrial, bens de capital e exportações. Porém, o processo de acumulação ocorreu de forma extremamente concentrada, espacial e socialmente. A época do milagre econômico é marcada pela contenção do piso salarial.

Para Bonduki (2008), o BNH, criado após o golpe em 1964, foi uma resposta do governo militar à forte crise habitacional presente no país que se urbanizava aceleradamente. O Banco buscava adquirir o apoio das massas populares urbanas e criar uma política permanente de financiamento, que estruturasse o setor da construção civil habitacional. E ainda, para Maricato (2001),

As iniciativas da promoção pública, os conhecidos conjuntos habitacionais populares, também não enfrentaram a questão fundiária urbana (...). Os governos municipais e estaduais desviaram sua atenção dos vazios urbanos (que, como se sabe, se valorizam com os investimentos públicos e privados feitos nos arredores) para jogar a população em áreas completamente inadequadas ao desenvolvimento urbano racional, penalizando seus moradores e também todos os contribuintes que tiveram que arcar com a extensão de infra-estrutura (MARICATO, 2001, p. 21).

O BNH, durante sua vigência, financiou 4,8 milhões de habitações, em torno de 25% das moradias construídas no país entre 1964 e 1986. As habitações financiadas se destinaram a todas as faixas de renda, pela promoção privada das Companhias de Habitação Popular e pela incorporação imobiliária. Porém, a população de baixa renda é responsável por apenas 20% dos financiamentos. Além das habitações, foram financiadas obras de infraestrutura urbana e equipamentos sociais, vinculados aos empreendimentos habitacionais.

Considerações finais

O problema habitacional e diversos outros problemas urbanos foram ocasionados, principalmente, pelas necessidades que a nova sociedade, Pós Revolução Industrial, possuía. Porém, as tentativas de resolução desses problemas foram distintas em cada país. Para Maricato, (2001, p. 39) “O processo de urbanização se apresenta como uma grande máquina de produzir favelas e agredir o meio ambiente”.

No Brasil, as experiências européias e a interferência do Movimento Moderno tiveram grande influência para traçar estratégias na solução dos problemas urbanos. Porém, a urbanização brasileira, mesmo tendo ocorrido de forma tardia, mantém muitos traços da sociedade existente na época pré-republicana, ou seja, uma sociedade patrimonialista e clientelista (MARICATO, 2001).

Muitos dos conjuntos habitacionais implantados pelos IAPs e BNH tiveram a direta influência do Movimento Moderno, tanto em suas construções como em suas soluções de implantação e acesso aos serviços públicos.

Os IAPs, a Fundação da Casa Popular e o BNH foram instituições que tiveram como objetivo amenizar os problemas habitacionais gerados pela acelerada urbanização que ocorreu no Brasil. Esses órgãos tiveram papel fundamental na política habitacional brasileira, na

medida em que foram os primeiros a tratar da questão habitacional de forma específica.

Porém, na tentativa de solucionar os problemas habitacionais, as classes dominantes tiveram prioridade nas escolhas das alternativas de resolução dos mesmos. Segundo Souza (2010, p.12), “Os problemas e conflitos urbanos são encarados como um desafio primordialmente político”.

Assim, privilegiando uma minoria, as políticas públicas de habitação expulsam as classes menos favorecidas e mais necessitadas para as periferias, áreas afastadas dos centros urbanos, com baixo valor imobiliário.

Mesmo com a influência do Movimento Moderno e suas tentativas de auxiliar na resolução dos problemas urbanos, o problema habitacional que se vê no Brasil, desde a intensificação da urbanização, ocorre por falta de um real interesse das classes dominantes do poder, de resolver esse assunto.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Carliane Christie Oliveira de. **Habitação Social: origens e produção. Natal (1889-1964)**. Dissertação de mestrado, USP, São Carlos, 2007.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 4.ed. São Paulo : Editora Perspectiva, 2005.

BENEVOLO, Leonardo. **História da arquitetura moderna**. 3.ed. São Paulo : Editora Perspectiva, 1994.

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil**. 4ª edição. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BONDUKI, Nabil. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Revista Eletrônica de Arquitetura**, 2008. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf>. Acesso em: 08 out. 2012.

BOTTEGA, Leonardo da Rocha. De Vargas a Collor: urbanização e política habitacional no Brasil. **Revista Espaço Plural**. Ano VIII, nº 17, p. 65 -72, 2º semestre 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

COLIN, Sílvio. **Pós-Modernismo. Repensando a Arquitetura**. Uapê: Rio de Janeiro, 2004.

CRUZ, Ramon Coelho da; PÁDUA, Letícia Carolina Teixeira. **Olhares do Pensamento Geográfico a respeito da Pós-Modernidade**. Centro Universitário de Belo Horizonte. UNI-BH, 2010. Disponível em: <http://www.docstoc.com/docs/52019474/Olhares-do-Pensamento-Geogr%C3%A1fico-a-respeito-da-P%C3%B3s-Modernidade>. Acessado em 01 Jul. 2011.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

MARICATO, Ermínia. **Política Habitacional no Regime Militar**. Do milagre brasileiro à crise econômica. Petrópolis: Vozes, 1987.

MARICATO, Ermínia. Na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. In: **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**, Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001. (p. 15- 45)

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5ª Edição. 1ª Reimpressão. São Paulo, Edusp, 2008.

SINGER, Paul. **A economia política da urbanização**. São Paulo: Conlacto, 1998.

SOUZA, Maria Adélia de. **Governo Urbano**. São Paulo: Nobel, 1988.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.

VALLADARES, Lícia do Prado. **Repensando a habitação no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global, 1986.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

QUEIROZ RIBEIRO, Luis César de; CARDOSO, Adauto Lúcio. Da cidade à nação – gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In: QUEIROZ RIBEIRO, Luis César de; PECHMAN, Roberto (org). **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, pp. 53-78.

Correspondência:

Graziela Rossatto Rubin

E-mail: grazirrubin@gmail.com

Recebido em 27 de junho de 2012.

Revisado pelo autor em 30 outubro de 2012.

Aceito para publicação em 06 de dezembro de 2012.